

## O Último Elo das Correntes Verdes

O que chamamos de Estado Constitucional ou Estado Moderno é o conjunto de instituições políticas e jurídicas que se desenvolveram na Europa após os Tratados de Vestfália. Esse modelo de governança política submete a elite dirigente a um conjunto de normas que limitam o exercício do poder. Essas normas, aprovadas pela própria classe política, formam a constituição.

A constituição tem como objetivo limitar o poder, dar forma e previsibilidade ao seu exercício, permitindo tratar todos os cidadãos de forma igualitária. Ainda assim, o Estado Constitucional mantém uma relação paradoxal com a soberania: embora herde características do Estado Absolutista – como a centralidade do Estado nacional – também cria mecanismos para fragmentar e limitar o poder soberano, como a separação de poderes, os freios e contrapesos e a proteção de direitos individuais.

Essa fragmentação, no entanto, pode enfraquecer a capacidade decisória central, especialmente em momentos de crise. O paradoxo se torna evidente em situações de exceção, nas quais o Estado constitucional pode suspender temporariamente os mecanismos que limitam o poder soberano, permitindo decisões extraordinárias para preservar a unidade política.

A soberania, conceito central no direito e na ciência política, é classicamente definida como o poder supremo de uma entidade política sobre um território e sua população, livre de interferências externas. É a decisão política desvinculada do processo burocrático, fundamentando a ordem política do Estado.

O Estado nacional possuía soberania porque gozava de legitimidade, responsável por manter a ordem política e proteger os cidadãos sujeitos ao seu poder. Contudo, desde o Tratado de Versalhes, outros agentes começaram a disputar esse poder decisório, que cabia institucionalmente aos Estados e, individualmente, aos políticos eleitos pelos cidadãos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiram diversos órgãos multilaterais. A ideia parecia promissora: reconstruir a Europa e promover uma ordem internacional pacífica e próspera para toda a humanidade. Porém, na prática, a ONU começou a determinar as funções dos Estados-membros, estabelecendo seus direitos e deveres – tanto em relação aos cidadãos quanto à própria ONU e à humanidade.

Assim, o poder decisório e a forma institucional dos Estados foram sendo lentamente transferidos para órgãos multilaterais, esvaziando as instituições nacionais e os políticos eleitos de sua autoridade. Esse processo marcou o nascimento da chamada "governança global".

- Jornalistas no Brasil tentam usar o fluxo de informação para exercer poder.
- O globalismo está amplamente documentado, tanto em debates acadêmicos quanto em discussões internas.
- Trump é apenas um "doidinho" malicioso que instrumentalizou algumas palavras para gerar medo nas pessoas.



A governança global é, essencialmente, a padronização dos processos burocráticos de governo em todo o mundo. Trata-se de transformar os Estados nacionais em filiais da ONU, administradas por burocratas que funcionam como CEOs de uma franquia global.

O golpe final dessa agenda é a instrumentalização da "crise climática" para destruir a autonomia industrial e energética das nações. Esse processo já está em curso. No ano passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas pediu ao Tribunal Internacional de Justiça um parecer sobre "as obrigações dos Estados em relação às alterações climáticas".

"Queremos que o tribunal confirme que a conduta que destrói o clima é ilegal", declarou Margaretha Wewerinke-Singh, líder da equipe jurídica de Vanuatu, uma pequena nação insular do Pacífico, à Associated Press.

Nações que alegam estar ameaçadas pelas mudanças climáticas querem que a ONU implemente mecanismos de controle para obrigar os Estados a seguir a agenda verde. Aqui, "obrigações dos Estados quanto às alterações climáticas" significa, na prática, instrumentos burocráticos para controlar os sistemas energéticos e de produção de cada país.

Qualquer nação que acatar as normas estabelecidas pelo Tribunal Internacional de Justiça estará entregando sua soberania jurídica, econômica e energética a estrangeiros e burocratas da ONU.

Este será o último elo das correntes verdes que buscam dominar a humanidade: a sujeição final ao soberano do estado de exceção climático.

